CNPJ nº 61.557.039/0001-07

### **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações 2. Desempenho Financeiras da Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS) relativos ao período de janeiro a dezembro de 2018, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### 1. Mercado Brasileiro

### 1.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização)

No período de janeiro a dezembro de 2018, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou redução de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 243,2 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacando-se o crescimento no segmento

Em dezembro de 2018, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 995,2 bilhões, apresentando aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### 1.2 Mercado de Seguros

No acumulado de janeiro até dezembro de 2018, os prêmios ganhos do mercado brasileiro atingiram R\$ 918 bilhões líquidos de resseguro, com aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelos ramos de vida e acidentes pessoais, automóvel e prestamista.

O índice de sinistralidade do mercado de seguros, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, alcançou 42,3% no acumulado de janeiro até dezembro de 2018, com queda de 2,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos produtos de DPVAT, crédito e automóvel.

As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 118,3 bilhões, aumento de 8,9% em relação a dezembro de 2017.

### O lucro líquido atingiu R\$ 1.096,7 milhões, com redução de 33,7% em

- relação ao ano de 2017, influenciado principalmente por: Prêmios ganhos de R\$ 3,1 bilhões, queda de 7,3% em relação ao ano de 2017, devido principalmente à descontinuação do produto de
- Menor remuneração com nossos ativos, devido à redução da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI): de 10,07% ao ano (média de 2017), para 6,47% ao ano (média de 2018).
- Aumento de 13,2% nas despesas administrativas, totalizando R\$ 581,6
- Mais sinistros ocorridos, totalizando R\$ 732.1 milhões, com aumento de 9,5% em relação ao mesmo período de 2017, principalmente nas carteiras de seguros de vida e relacionados à crédito
- Dessa forma, o **índice combinado (1)** foi de 70,6%, aumento de 6,9 p.p. em relação ao mesmo período de 2017.

(1) O índice combinado é a soma dos sinistros retidos, despesas de comercialização (custo de aquisição), despesas administrativas, outras receitas e despesas operacionais e despesas tributárias dividida pelos prêmios ganhos. Quanto menor o indicador, melhor é o desempenho operacional.

### 2.2 Patrimonial

#### Variações de 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017:

- O total de ativos alcancou R\$ 8,5 bilhões, redução de 29,4% O patrimônio líquido totalizou R\$ 3,2 bilhões, redução de 52,7%
- (houve redução de capital, aprovada em janeiro de 2019).
- As provisões técnicas somaram R\$ 2,8 bilhões, aumento de 7,9%

# 3. Destaque

Os prêmios emitidos de seguros prestamistas apresentaram crescimento de 41,4% no ano de 2018 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, impulsionados principalmente pelo crescimento nas originações de crédito do Itaú Unibanco.

### 4. Negócios

Somos um dos maiores grupos do Brasil, com 4,1% de participação no mercado, segundo dados da SUSEP, no acumulado de janeiro a dezembro de 2018 de prêmios ganhos. Nosso negócio de seguros atua, principalmente, na oferta de produtos massificados de Vida e Acidentes Pessoas, Prestamista e Habitacional.

O valor das vendas de seguros nos canais bankline/internet. mobile. caixa eletrônico, terminal de caixa e bankfone, representou 32,2% das vendas a correntistas no ano de 2018, aumento de 3,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

### 5. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25%(vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

> São Paulo, 25 de fevereiro de 2019. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)							
ATIVO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		5.321.853	5.851.364	CIRCULANTE		3.275.964	3.230.942
DISPONÍVEL - Caixa e Bancos	2.5a	18.246	13.915	CONTAS A PAGAR		1.068.671	1.170.549
APLICAÇÕES	2.5b e 3	4.001.251	4.481.994	Obrigações a Pagar	9b	855.309	688.110
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS				Impostos e Encargos Sociais a Recolher		14.951	18.449
E RESSEGUROS		880.794	826.321	Encargos Trabalhistas		3.814	4.357
Prêmios a Receber	4IVa	872.595	822.071	Impostos e Contribuições		194.597	459.633
Operações com Seguradoras		2.658	1.200	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		307.926	258.428
Operações com Resseguradoras		5.541	3.050	Prêmios a Restituir		20.537	19.106
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		10.276	18.529	Operações com Seguradoras		1.702	2.090
ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO		45.860	52.261	Operações com Resseguradoras		10.648	27.079
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		92.094	283.738	Corretores de Seguros e Resseguros		253.648	184.211
Títulos e Créditos a Receber		33.695	180.449	Outros Débitos Operacionais		21.391	25.942
Créditos Tributários e Previdenciários	7b	58.126	102.626	DEPÓSITOS DE TERCEIROS		2.474	10.121
Outros Créditos		273	663	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E PREVIDÊNCIA	•	1.896.889	1.791.840
DESPESAS ANTECIPADAS		8.531	6.080	Danos		412.267	473.045
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Seguros	4V	264.801	168.526	Pessoas		1.453.461	1.290.418
~				Vida Individual		30.455	27.659
NÃO CIRCULANTE		3.194.425	6.210.813	Vida com Cobertura por Sobrevivência		706	718
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		660.400	952.544	OUTROS DÉBITOS - Outros Valores e Provisões		4	4
APLICAÇÕES	2.5b e 3	89.074	361.784			•	•
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		496.374	546.512	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.017.849	2.013.271
Títulos e Créditos a Receber		943	1.115	CONTAS A PAGAR		832.962	833.457
Créditos Tributários e Previdenciários	7b	119.825	117.390	Obrigações a Pagar		3.847	3.241
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	357.238	411.959	Tributos Diferidos		829.115	830.216
Outros Créditos Operacionais		18.368	16.048	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E PREVIDÊNCIA	4IVc e d	859.341	761.912
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - Seguros	4V	74.952	44.248	Danos		65.759	75.949
INVESTIMENTOS	0.5	535.677	3.281.162	Pessoas		387.571	258.390
Participações Societárias	2.5c e 8l	488.390	3.230.966	Vida Individual		3.564	3.784
Imóveis Destinados à Renda	2.5c	47.073	49.982	Vida com Cobertura por Sobrevivência		402.447	423.789
Outros Investimentos	2.5d	214	214	OUTROS DÉBITOS - Provisões Judiciais		325.546	417.902
IMOBILIZADO	2.50	70.234	48.992	OTTIOO DEDITOO - FTOVISOES dudiciais	3	323.340	417.302
Imóveis de Uso Próprio		39.701	30.363	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	3.222.465	6.817.964
Bens Móveis Outras Imobilizações		388	550	Capital Social	-	661.591	3.652.139
	0.5 011	30.145	18.079	Reservas de Capital		106.639	106.639
INTANGÍVEL	2.5e e 8II	1.928.114	1.928.115	Reservas de Lucros		2.459.729	2.995.993
Agios na Transferência de Carteira  Outros Intangíveis		1.928.113 1	1.928.113 2	Ajuste de Avaliação Patrimonial	2 5hll 2 5h c 9c	(5.494)	63.193
Outros intangiveis		1	2	Ajuste de Avallação Patrimoniai	2.5bii, 2.5ii e 90	(5.494)	63.193
TOTAL DO ATIVO		8.516.278	12.062.177	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.516.278	12.062.177

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milha	res de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	(Em Milhares de Reais)
	to do riodio, oriente de inferimações de qualificado de agose e		(=

1.096.736

7.118

(75.805)

1.028.049

de lucro por ação)		01/01 a	01/01 a		01/01 a	01/01 a
	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
OPERAÇÕES DE SEGUROS		1.593.916	1.805.510	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		1.147.155
Prêmios Emitidos		3.347.315	2.913.070	Lucro Líquido		1.652.984
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(222.829)	459.241	Ajustes para:	, ,	(505.829)
Prêmios Ganhos		3.124.486	3.372.311	Depreciações e Amortizações		6.617
Sinistros Ocorridos		(732.143)	(668.874)	Tributos Diferidos		15.659
Custos de Aquisição		(751.674)	(829.368)	Resultado de Participação em Controlada e Coligadas	(304.279)	(528.105)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(49.233)	(61.178)	VARIAÇÃO NAS CONTAS PATRIMONIAIS		
Resultado com Operações de Resseguro		2.480	(7.381)	Ativos Financeiros	761.325	(1.077.780)
(+) Receita com Resseguro		9.069	14.520	Créditos das Operações de Seguros	(181.451)	181.515
(-) Despesa com Resseguro		(6.589)	(21.901)	Ativos de Resseguro	6.400	(2.160)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		(1.419)	738	Despesas Antecipadas	(2.451)	(1.707)
Rendas de Contribuições e Prêmios		30.911	35.239	Outros Ativos	(2.165)	46.582
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(30.262)	(34.055)	Depósitos Judiciais e Fiscais	54.721	51.457
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		649	1.184	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	197.833	635.333
Variação de Outras Provisões Técnicas		(1.478)	(194)	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	49.498	(8.862)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(590)	(252)	Depósitos de Terceiros	(7.647)	(13.306)
Despesas Administrativas		(581.573)	(513.709)	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	202.478	(469.477)
Despesas com Tributos		(139.306)	(135.914)	Outros Passivos	(92.356)	(6.420)
Resultado Financeiro		263.646	363.442	CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES		482.330
Resultado Patrimonial		345.775	570.437	Imposto sobre o lucro pagos		(325.875)
RESULTADO OPERACIONAL		1.481.039	2.090.504	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		420.580
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		4.245	193.430	CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		577.035
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.485.284	2.283.934	Redução de Capital em Controlada		
Imposto de Renda		(205.113)	(337.096)			 117.080
Contribuição Social		(174.226)	(285.007)	Alienação de Investimentos		
Participações sobre o lucro		(9.209)	(8.847)	Aquisição de Imobilizado		 (20.909)
LUCRO LÍQUIDO		1.096.736	1.652.984	• •	(25.570)	(20.909)
Quantidade de ações			123.848.170	CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES		
Lucro Líquido por ação		8,86	13,35	DE INVESTIMENTO		96.171
1 1 - 1 - 3 3	,	-,		Redução de Capital	,	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhare	s de Reais)			Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(639.871)	(697.329)
, (	,	01/01 a	01/01 a	CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES		
		31/12/2018	31/12/2017	DE FINANCIAMENTO	(2.535.875)	(697.329)
LUODO LÍQUIDO		4 000 700	4 050 004			

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, líquidos dos efeitos

Parcela de outros resultados abrangentes de Coligadas e Controladas...

TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE

LUCRO LÍQUIDO..

tributários.

AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES

DE CAIXA (Nota 2.5a).....

Caixa e equivalente de caixa no início do período .....

Caixa e equivalente de caixa no final do período.....

4.331

13.915

18.246

(24.123)

38.038

13.915

1.652.984

1.734

13.973

1.668.691

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 9) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas Legal	s de Lucros Estatutária	Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2017	3.629.084	106.639	753.483	2.013.837	47.486		6.550.529
Capitalização por reservas	23.055	-,-	(23.055)				
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-,-				1.734		1.734
Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas				-;-	13.973	-;-	13.973
Dividendos				(697.329)		-;-	(697.329)
Lucro Líquido						1.652.984	1.652.984
Destinações							
Reservas				949.057		(949.057)	
Juros Sobre o Capital Próprio						(427.037)	(427.037)
Dividendos						(276.890)	(276.890)
Saldos em 31/12/2017	3.652.139	106.639	730.428	2.265.565	63.193		6.817.964
Mutações do Período	23.055		(23.055)	251.728	15.707		267.435
Saldos em 01/01/2018	3.652.139	106.639	730.428	2.265.565	63.193		6.817.964
Redução de Capital:	(3.790.548)					-,-	(3.790.548)
AGE de 30/05/2018 - Portaria SUSEP nº 1.077 de 14/09/2018	(1.896.000)					-,-	(1.896.000)
AGE de 10/10/2018 - Portaria SUSEP nº 1.196 de 11/01/2019	(1.894.548)					-;-	(1.894.548)
Capitalização por reservas	800.000			(800.000)		-,-	
Dividendos				(175.347)		-,-	(175.347)
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado					7.118		7.118
Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas					(75.805)		(75.805)
Lucro Líquido						1.096.736	1.096.736
Destinações							
Reservas				439.083		(439.083)	
Juros Sobre o Capital Próprio						(350.000)	(350.000)
Dividendos						(307.653)	(307.653)
Saldos em 31/12/2018	661.591	106.639	730.428	1.729.301	(5.494)		3.222.465
Mutações do Período	(2.990.548)			(536.264)	(68.687)		(3.595.499)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais)

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS) é uma empresa do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros dos ramos de pessoas e danos em todas as regiões do País, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Praça Alfredo

Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara - São Paulo - SP.
O principal acionista da ITAÚ SEGUROS é a Itauseg Participações S.A. com participação de 99,99%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

As operações da ITAÚ SEGUROS são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

### NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores

mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

### 2.2 Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018 Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

### b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

 CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

 IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, International Accounting Standards Board - IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguros), com vigência para 2021. Até o momento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC não emitiu pronunciamento correlato.

• CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O pronunciamento substitui a CPC 06 (R1) - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP,

a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

• Alteração da Estrutura Conceitual: Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

## 2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da ITAÚ SEGUROS estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

## 2.4 Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela ITAÚ SEGUROS são detalhados abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Conforme explicação na nota 2.5f, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚ SEGUROS irá

#### gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. c) Passivos Contingentes

A ITAÚ SEGUROS revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros seiam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

## d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Á ITAÚ SEGUROS avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados.

Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos períodos findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

## e) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Ás provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da ITAÚ SEGUROS para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos), de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚ SEGUROS, benchmarks de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas

do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo exercício.

Ajuste de

Total do

#### 2.5 Resumo das Principais Políticas Contábeis a) Caixa e Equivalentes de Caixa

A ITAÚ SEGUROS define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidade (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível) e aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos

no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. A ITAÚ SEGUROS classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias: I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação;

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- IV. Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

### I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos

### II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

# III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São Ativos Financeiros não derivativos, que a ITAÚ SEGUROS tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica

# Resultado Financeiro. IV - Empréstimos e Recebíveis

A ITAÚ SEGUROS classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

## - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

# Valor Justo

A Seguradora deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se inputs observáveis, como juros, volatilidade, etc.

Nível 3: Utiliza-se inputs não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

## c) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento estão contabilizadas pelo valor de custo, deduzidas da depreciação acumulada, no montante líquido de R\$ 47.073 (R\$ 49.982 em 31/12/2017) e estão registradas na rubrica Imóveis Destinados à Renda. O valor de mercado destas propriedades na última avaliação, em 2018, é de aproximadamente

## d) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes.

## e) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e incluem ágio e softwares e são reconhecidos inicialmente ao custo. Na ITAÚ SEGUROS os ativos intangíveis estão representados basicamente por ágio, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Estão classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para a data base 31/12/2018, sem indício de "Impairment", considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando da sua aquisição.

#### composição do ativo intangível está apresentada na Nota 8II. f) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas NOTA 3 - APLICAÇÕES diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no a seguir: Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar - Tributos Diferidos, respectivamente.

#### g) Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo. Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

### Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado, na rubrica Prêmios Emitidos.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚ SEGUROS constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

A ITAÚ SEGUROS, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador.

Os contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao ressegurador, embora não liberem o segurador direto da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito. Os prêmios de resseguro são lançados no mesmo período relacionado aos prêmios dos seguros e são contabilizados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros na Demonstração do Resultado.

A ITAÚ SEGUROS detém além dos contratos proporcionais, os contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e contabilizados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros, de acordo com o diferimento pelo prazo de vigência do contrato seguindo o regime de competência.

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem, observando assim o regime de competência, não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados a

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos ativos de resseguro, a ITAÚ SEGUROS constituí redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito, quando esses créditos forem com resseguradoras referentes à restituição de sinistros pagos.

#### Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões a corretores, agenciamentos e angariações são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas de prêmios, ou seja, ao longo do período de cobertura do risco das respectivas

### Passivos de Contratos de Seguros

As provisões para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não avisados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de provisionamento. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração do Resultado na rubrica Sinistros Ocorridos.

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor

### Teste de Adequação do Passivo

As seguradoras devem analisar a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como os seguros de vida e previdência.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 4.

A ITAÚ SEGUROS patrocina planos na modalidade de benefício definido, incluindo os planos de contribuição variável (Plano de Aposentadoria Complementar, Plano Itaú BD e Plano Itaú CD), que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocina planos de modalidade de contribuição definida (Plano Itaubanco CD, Plano de Previdência Unibanco, PPU e Plano de Aposentadoria Itaubank), cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

No caso dos planos de benefício definido, o exigível atuarial, calculado de acordo com o modelo atuarial estabelecido na Nota Técnica do plano, cujo regime é de capitalização composta, benefício definido, encontra-se integralmente coberto, consideradas todas as reservas técnicas de riscos expirados e não expirados. Os planos estão fechados ao ingresso de novos participantes.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

## i) Provisoes, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da ITAÚ SEGUROS entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

## As contingências são classificadas como:

- · Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e • Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação
- O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

## j) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da ITAÚ SEGUROS pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro líquido é o mesmo.

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG). As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela ITAÚ SEGUROS. O Imposto sobre Operações Financeiras -IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela

	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de Fundos de Investimentos	3.761.043	4.211.203
Ações	10.179	13.165
Certificados de Depósito Bancário	51.342	6.225
Contas a Receber/(Pagar)	4.199	(1.162)
Debêntures	181.632	193.824
Derivativos	4.045	8.344
Fundos de Investimentos	7.302	6.897
Letras Financeiras	735.097	1.318.878
Letras Financeiras do Tesouro	873.229	547.861
Letras do Tesouro Nacional	302.279	854.512
Notas de Crédito	19.200	1.451
Notas do Tesouro Nacional	1.572.539	1.261.208
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	4.663	4.382
Letras Financeiras do Tesouro	4.663	4.382
Títulos de Empresas	235.343	266.409
Debêntures	235.343	266.409
Total	4.001.049	4.481.994
O valor justo por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação forar	n os seguintes	<b>:</b> :
	31/12/2018	31/12/2017
Sem vencimento	21.679	427.720
Até um ano	526.827	1.619.778
De um a cinco anos	1.918.250	1.246.995
De cinco a dez anos	183.017	1.108.237
Após dez anos	1.351.276	79.264
Total	4.001.049	4.481.994

### b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são

		31/12/2018	
	Custo/Custo	Resultados	Valor
	Amortizado	não Realizados	Justo
		Ganhos/(Perdas)	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	. 53.912	2.176	56.088
Notas do Tesouro Nacional	. 53.912	2.176	56.088
Títulos de Empresas	. 33.188		33.188
Ações Negociáveis	. 202		202
Outros Privados	. 32.986		32.986
Total	. 87.100	2.176	89.276
		31/12/2017	
	Custo/Custo	Resultados	Valor
	Amortizado	não Realizados	Justo
		Ganhos/(Perdas)	
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	. 333.208	(5.695)	327.513
Notas do Tesouro Nacional	. 54.343	(1.939)	52.404
Letras do Tesouro Nacional	. 278.865	(3.756)	275.109
Títulos de Empresas	. 34.271		34.271
Outros Privados	. 34.271		34.271
	. 0	•	

Total	367.479	(5.695)	361.784
O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por	vencimento, são os	s seguintes:	
		31/12/2018	31/12/2017
		Valor Justo	Valor Justo
Sem vencimento		202	
De um a cinco anos		32.986	309.380
De cinco a dez anos		56.088	52.404
Total		89.276	361.784
Circulante		202	
Não Circulante		89.074	361.784

•	c) wovimentação das aplicações				
•			31/12/2018		31/12/2017
		Mantido para	Disponível		
;		Negociação	para Venda	Total	Total
;	Saldo Inicial	4.481.994	361.784	4.843.778	3.771.694
•	Aplicações	4.552.492	607.033	5.159.525	3.618.983
	Principal resgate	(5.288.558)	(912.095)	(6.200.653)	(2.907.080)
	Resultado financeiro	255.121	24.683	279.804	399.585
	Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos				(33.709)
	Ajuste a valor de mercado não realizado		7.871	7.871	(5.695)
,	Saldo Final	4.001.049	89.276	4.090.325	4.843.778

## d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

		31/12	/2018		31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Mantidos para								
Negociação	4.663	3.996.386		4.001.049	4.382	4.451.856	25.756	4.481.994
Cotas de Fundos								
de Investimentos		3.761.043		3.761.043		4.211.203		4.211.203
Títulos Públicos								
do Governo Brasileiro	4.663			4.663	4.382			4.382
Títulos de Empresas		235.343		235.343		240.653	25.756	266.409
Ativos Financeiros								
Disponíveis para								
Venda	56.088	33.188		89.276	327.513	34.271		361.784
Títulos Públicos do								
Governo Brasileiro	56.088			56.088	327.513			327.513
Títulos de Empresas		33.188		33.188		34.271		34.271

# Durante o período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 1.484 (R\$ 914 de 01/01 a 31/12/2017). A taxa e) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	2.825.017	69,07%	2.733.382	56,43%
Serviços	1.177.254	28,78%	1.974.371	40,76%
Indústria e Comércio	83.614	2,04%	101.754	2,10%
Setor Primário	826	0,02%		0,00%
Outros Setores	3.614	0,09%	34.271	0,71%
Total (*)	4.090.325	100,00%	4.843.778	100,00%

(\*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda. O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

		31/12/2018		31/12/2017			
Classificação Interna	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Total	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Total	
Baixo	4.001.033	89.276	4.090.309	4.481.967	361.784	4.843.751	
Médio	16		16	-,-			
Alto				27		27	
Total	4.001.049	89.276	4.090.325	4.481.994	361.784	4.843.778	
%	97,8%	2,2%	100,0%	92,5%	7,5%	100,0%	

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo

(baixo, medio e alto) e a probabilidade de ma	diripiericia (i <i>b)</i> associada a cada diri desses ri
Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

f) Instrumentos Financeiros Derivativos - Em 31/12/2018 e 31/12/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos, exceto as operações realizadas nos fundos de investimentos.

## NOTA 4 - CONTRATOS DE SEGUROS

A ITAÚ SEGUROS oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco. constituem provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

### II - Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

 VGBL - Vida Gerador de Benefícios Livres: é um seguro estruturado na forma de plano de previdência A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

### III - Provisões Técnicas de Seguros, Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*;
  • **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a
- sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNÉR (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final;

- Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro;
- · Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização;
- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento;
- Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- Provisão Complementar de Cobertura (PCC) constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor:
- Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados:
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer;
- Provisão de Excedentes Técnicos (PET) Coristituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor.

#### IV - Principais informações relativas às operações de Seguros, Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência a) Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

a) i remios a ricococi e ricadição do vaior ricoaperavei, considerando	a) i folillos a ficocosti e ficalque ao faloi ficologicaria, considerando co i falos medios de folicillos.									
	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
de 1 a 30 dias	246.366	240.124	5.501	9.326			251.867	249.450		
de 31 a 60 dias	135.618	126.487	3.202	3.519			138.820	130.006		
de 61 a 120 dias	168.539	154.818	1.594	1.782	(10.881)	(10.824)	159.252	145.776		
de 121 a 180 dias	130.902	121.715	117	157	(117)	(141)	130.902	121.731		
de 181 a 365 dias	181.849	163.805	51	303	(51)	(267)	181.849	163.841		
Superior a 365 dias	9.905	9.885	5.204	5.170	(5.204)	(3.788)	9.905	11.267		
Total	873.179	816.834	15.669	20.257	(16.253)	(15.020)	872.595	822.071		

#### Critérios de Parcelamento

- A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios: Pessoas
- Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos: cobrados mensalmente em virtude da própria característica do negócio que tem vigência anual, porém faturamento mensal
- Médio Mercado que predomina Vida Empresarial e Capital Global Vida: parcelamento médio de 10 parcelas mensais.
- Esse segmento é direcionado para os produtos de Pessoa Física como Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Prestamista, Educacional e Habitacional, tendo como média o parcelamento em 10 parcelas mensais. b) Prêmios a Receber - Movimentação

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	822.071	811.061
Prêmios Emitidos Líquidos (*)	3.354.062	2.933.793
Recebimentos	(3.306.559)	(2.915.364)
Redução ao Valor Recuperável	(1.233)	661
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos (*)	4.254	(8.080)
Saldo Final	872.595	822.071

(\*) Não considera os prêmios de cosseguro cedido no montante de R\$ 11.000 (R\$ 12.643 em 31/12/2017).

### c) Saldo das Provisões Técnicas

	31/12/2018		
	Seguros (**)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	1.748.548		1.748.548
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	15.318	401.972	417.290
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	12.291	413	12.704
Excedente Financeiro (PEF)	1.936		1.936
Sinistros a Liquidar (*) (PSL)	355.591		355.591
Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	191.936		191.936
Despesas Relacionadas (PDR)	27.005	293	27.298
Outras Provisões (***)	452	475	927
TOTAL	2.353.077	403.153	2.756.230
Circulante			1.896.889
Não Circulante			859.341

	31/12/2017		
	Seguros (**)	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	1.526.769		1.526.769
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	14.335	423.671	438.006
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	11.228	402	11.630
Excedente Financeiro (PEF)	1.837		1.837
Sinistros a Liquidar (PSL)	364.071		364.071
Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	186.636		186.636
Despesas Relacionadas (PDR)	23.725	316	24.041
Outras Provisões (***)	644	118	762
TOTAL	2.129.245	424.507	2.553.752
Circulante			1.791.840
Não Circulante			761.912
(*) A Tabala de Decembrimento de Cinistres e Liguidar está demonstra	odo no Noto Al	//	

- (\*) A Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 4VI.
- (\*\*) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas
- (\*\*\*) Contempla a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

# d) Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2018			31/12/2017			
	Seguros (*)	Previdência	Total	Seguros (*)	Previdência	Total	
Saldo Inicial	2.129.245	424.507	2.553.752	2.596.032	427.198	3.023.230	
<ul><li>(+) Adições decorrentes</li></ul>							
de prêmios	3.347.315	30.911	3.378.226	2.913.070	35.239	2.948.309	
<ul><li>(-) Diferimento pelo risco</li></ul>							
decorrido	(3.125.640)		(3.125.640)	(3.143.935)		(3.143.935)	
<ul><li>(-) Pagamento de sinistros/</li></ul>							
benefícios		(700)	(805.101)	(774.412)	(626)	(775.038)	
(+) Sinistros avisados	773.001		773.001	731.620		731.620	
(-) Resgates	, ,	(44.123)	(44.665)	(1.528)	(49.820)	(51.348)	
(+/-) Portabilidades líquidas		(12.834)	(12.834)		(19.602)	(19.602)	
<ul><li>(+) Atualização das provisões</li></ul>							
e excedente financeiro	2.922	14.415	17.337	834	32.551	33.385	
(+/-) Outras (constituição/							
reversão)	31.177	(9.023)	22.154	(192.436)	(433)	(192.869)	
Saldo Final	2.353.077	403.153	2.756.230	2.129.245	424.507	2.553.752	

(\*) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

### e) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Total das Provisões Técnicas	2.756.230	2.553.752
(-) Direitos Creditórios (1)	(677.736)	(622.690)
(-) Carregamento de Comercialização - extensão de garantia (2)	(5.173)	(40.730)
(-) Carregamento de Comercialização - demais ramos (2)	(110.641)	(45.622)
(-) Resseguros (2)	(42.744)	(48.289)
Montante a ser Garantido	1.919.936	1.796.421
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa Espec. Const VGBL	399.434	421.893
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	1.470.373	1.685.597
Cotas de Fundos de Investimentos - Multi-Mercado	108.860	80.180
Debêntures	215.071	78.846
Garantias das Provisões Técnicas	2.193.738	2.266.516
Cobertura Excedente	273.802	470.095

(1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguro e resseguro. (2) Conforme legislação em vigor, as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos

Comercialização % (\*)

Sinistralidade % (\*)

## f) Índices

Comordian	Luguo /o ( /	- Cirrioti and	1440 /0 ( )
01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a 31/12/2017
31/12/2010	31/12/2017	<u> </u>	
0,7	0,9	134,5	139,6
16,3	7,8	28,3	18,8
21,1	21,2	29,3	36,4
14,2	12,6	20,6	24,3
20,2	18,4	18,5	16,9
62,0	62,1	13,9	16,0
20,3	16,3	17,2	18,4
16,4	10,8	19,1	23,2
20,4	20,7	15,3	13,0
48,1	57,8	53,3	27,2
39,0	44,1	7,7	5,9
	01/01 a 31/12/2018 0,7 16,3 21,1 14,2 20,2 62,0 20,3 16,4 20,4 48,1	01/01 a         01/01 a           31/12/2018         31/12/2017           0,7         0,9           16,3         7,8           21,1         21,2           14,2         12,6           20,2         18,4           62,0         62,1           20,3         16,3           16,4         10,8           20,4         20,7           48,1         57,8	01/01 a         01/01 a         01/01 a           31/12/2018         31/12/2017         31/12/2018           0,7         0,9         134,5           16,3         7,8         28,3           21,1         21,2         29,3           14,2         12,6         20,6           20,2         18,4         18,5           62,0         62,1         13,9           20,3         16,3         17,2           16,4         10,8         19,1           20,4         20,7         15,3           48,1         57,8         53,3

(\*) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão liquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

## g) Depósitos de Terceiros

	Prêmios e							
	Cobrança Antecipada de Prêmios		Emolumentos Recebidos		Outros Depósitos		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
de 1 a 30 dias	1.018	(383)	469	4.272	(1.871)	(172)	(384)	3.717
de 31 a 60 dias	7	8		6	670	65	677	79
de 61 a 120 dias	3	2			(2.326)	3.945	(2.323)	3.947
de 121 a 180 dias	1	1			423	(1.030)	424	(1.029)
de 181 a 365 dias	3	5			(2.133)	(8.910)	(2.130)	(8.905)
superior a 365 dias	376	367	47	50	5.787	11.895	6.210	12.312
Total	1.408		516	4.328	550	5.793	2.474	10.121

# V - Custos de Aquisição Diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	212.774	378.108
Constituições	883.432	684.602
Amortizações	(756.453)	(849.936)
Saldo Final	339.753	212.774
Circulante	264.801	168.526
Não Circulante	74.952	44.248

Os custos de aquisição diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do balanço Ativos de Resseguros

Pi

I - Bruto de Resseguro	
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) (*)	355.591
(-) IBNER	113.800
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(32.500)
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (la+lb)	274.291
(*) Bruto de resseguros, demonstrado na nota 4IVc.	

VI - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

00 00) 91

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

la - Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de cadastro	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Total
No final do período de divulgação	604.301	639.561	655.049	564.074	596.796	
1 ano depois	604.424	711.668	655.269	567.953		
2 anos depois	618.639	733.770	673.871			
3 anos depois	623.864	746.425				
4 anos depois	627.313					
Estimativa corrente	627.313	746.425	673.871	567.953	596.796	
Pagamentos acumulados até						
a data-base	623.279	736.283	659.991	554.130	504.740	3.078.423
Passivo reconhecido no balanço	4.034	10.142	13.880	13.823	92.055	133.934
Passivo em relação aos períodos anteriores						15.048
Total do cinietros administrativos						1/0 002



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

1011111QUE			D D L 0 1/0 1	A 0.7.2 DE 2	0.0 (2			
Ib - Sinistros judiciais - bruto de resseguro								
31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Total			
9.044	14.048	15.373	8.839	5.784				
14.645	21.216	21.375	14.829					
19.648	26.232	26.967						
23.647	32.106							
28.457								
28.457	32.106	26.967	14.829	5.784				
21.671	23.100	21.711	9.526	3.768	79.776			
6.786	9.006	5.256	5.303	2.016	28.367			
					96.942			
					125.309			
PSL) (*)					355.591			
, ( ,					113.800			
(-) Resseguros								
					(32.500)			
					240.062			
	9.044 14.645 19.648 23.647 28.457 28.457 21.671 6.786	esseguro 31/12/2014 31/12/2015 9.044 14.645 19.648 26.232 23.647 28.457 28.457 28.457 28.457 29.457	esseguro 31/12/2014 31/12/2015 31/12/2016 9.044 14.048 15.373 14.645 21.216 21.375 19.648 26.232 26.967 23.647 32.106 28.457 28.457 32.106 26.967 21.671 23.100 21.711 6.786 9.006 5.256	esseguro 31/12/2014 31/12/2015 31/12/2016 31/12/2017  9.044 14.048 15.373 8.839 14.645 21.216 21.375 14.829 19.648 26.232 26.967 23.647 32.106 28.457 28.457 32.106 26.967 14.829 21.671 23.100 21.711 9.526 6.786 9.006 5.256 5.303	31/12/2014         31/12/2015         31/12/2016         31/12/2017         31/12/2018           9.044         14.048         15.373         8.839         5.784           14.645         21.216         21.375         14.829           19.648         26.232         26.967         28.457           28.457         32.106         26.967         14.829         5.784           21.671         23.100         21.711         9.526         3.768           6.786         9.006         5.256         5.303         2.016			

(\*) Bruto de resseguros, demonstrado na nota 4IVc

٠,		3 ,			
lla	- Sinistros	administrat	ivos - líqui	do de resse	eguro

( ) Brato de resseguros, demonstrado na nota 4110.							
Ila - Sinistros administrativos - Iíq	uido de ress	eguro					
Data de cadastro	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Total	
No final do período de divulgação	592.086	672.296	646.425	549.072	591.037		
1 ano depois	591.444	682.509	647.902	551.990			
2 anos depois		703.813	665.124				
3 anos depois		713.666					
4 anos depois							
Estimativa corrente	609.544	713.666	665.124	551.990	591.037		
Pagamentos acumulados							
até a data-base		703.524	651.244	538.483	501.346	3.000.107	
Passivo reconhecido no balanço	4.034	10.142	13.880	13.507	89.690	131.253	
Passivo em relação aos períodos							
anteriores						7.689	
Total de sinistros administrativos						138.942	
Total de sinistros administrativos IIb - Sinistros judiciais - Iíquido de							
		31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018		
Ilb - Sinistros judiciais - líquido de	resseguro 31/12/2014	31/12/2015 14.026	31/12/2016 12.566	31/12/2017 8.778	<b>31/12/2018</b> 5.783	138.942	
IIb - Sinistros judiciais - líquido de Data de cadastro	e resseguro 31/12/2014 9.038					138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido do Data de cadastro No final do período de divulgação	e resseguro 31/12/2014 9.038 14.658	14.026	12.566	8.778		138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois	9.038 14.658 19.508	14.026 21.020	12.566 18.534	8.778		138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois	9.038 14.658 19.508 23.484	14.026 21.020 25.961	12.566 18.534	8.778		138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois	9.038 14.658 19.508 23.484 26.650	14.026 21.020 25.961	12.566 18.534	8.778		138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois	9.038 14.658 19.508 23.484 26.650 26.650	14.026 21.020 25.961 31.337	12.566 18.534 24.038	8.778 14.762	5.783	138.942 Total	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois 2 anos depois 3 anos depois 4 anos depois Estimativa corrente	9.038 14.658 19.508 23.484 26.650 26.650	14.026 21.020 25.961 31.337	12.566 18.534 24.038	8.778 14.762	5.783	138.942	
Ilb - Sinistros judiciais - Iíquido de Data de cadastro No final do período de divulgação 1 ano depois	9.038 14.658 19.508 23.484 26.650 26.650	14.026 21.020 25.961 31.337	12.566 18.534 24.038	8.778 14.762	5.783	138.942 Total	

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a ITAÚ SEGUROS constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro

Quantidade

### III) Movimentação Sinistros a Liquidar - Judiciais

Passivo em relação aos períodos

Total de sinistros judiciais.....

anteriores

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Saldo Inicial	4.501	5.059	128.922	124.212	
Novas constituições no período	1.934	2.404	47.643	43.413	
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(492)	(647)	(15.899)	(16.246)	
monetária e juros			19.330	27.743	
Pagamentos efetuados no período	(1.645)	(2.315)	(54.687)	(50.200)	
Saldo Final	4.298	4.501	125.309	128.922	
O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao	valor contábil	da data do regi	stro de recebim	nento da ação	

baseado na estimativa de perda da seguradora na época, valores bruto de resseguros

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

## VII - Teste de Adequação de Passivo

A seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos (TAP), confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação As premissas utilizadas no teste foram:

a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram compensações em seus resultados obrigatórias definidas na regulamentação em vigor;

b) A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco foi definida conforme metodologia interna da ITAÚ SEGUROS, com autorização da SUSEP;

c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados com base em fluxos de sinistros utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral;

d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes; e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de

longevidade da Escala G para produtos com cobertura por sobrevivência.

Para o exercício findo em 2018, o TAP não indicou insuficiência

## VIII - Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio Líquido	3.222.465	6.817.964
Obras de arte	(214)	(214)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (1)	(47.842)	
Participação em socidades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(488.390)	(3.230.966)
Despesas antecipadas	(8.531)	(6.080)
Diferença temporária ref. ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura	777.078	775.934
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (1)	(30.738)	
Ativos Intangíveis	(1.928.114)	(1.928.115)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP		22.972
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/		
contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	19.406	16.155
Patrimônio líquido ajustado	1.515.120	2.467.650
Capital Base	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	442.842	398.047
Capital Adicional de Risco de Crédito	107.692	192.288
Capital Adicional de Risco Operacional	10.044	11.306
Capital Adicional de Risco de Mercado	59.683	105.637
Benefício da Correlação entre Risco	(85.443)	(135.351)
Capital de Risco	534.818	571.926
Capital Mínimo Requerido (2)	534.818	571.926
Suficiência de Capital (3)	980.302	1.895.724

(1) A partir de 31/12/2018 os valores passaram a ser ponderados a 50%, anteriormente eram ponderados a 0%. (2) O Capital Mínimo Requerido é o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

(3) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A Nota 4IVe de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$ 273.802 (R\$ 470.095 em 31/12/2017) de cobertura excedente, e a liquidez em relação ao Capital de Risco é de R\$ 106.020 (R\$ 142.551 em 31/12/2017).

### NOTA 5 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, AÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚ SEGUROS, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: n\u00e3o existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em

consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores. bem como a jurisprudência dominante. A Constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As provisões para contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

#### II - Acões Trabalhistas

73,101

Valor

As provisões para contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às acões consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

ooguo abano a mormonagao aao pronoces errois, ne	.baii iiotao	0 041.00 1.0000.			01/01 a
		01/01 a 31/1	2/2018		31/12/2017
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	48.392	33.061	602	82.055	95.802
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização		(2.490)		(2.490)	(2.602)
Subtotal	48.392	30.571	602	79.565	93.200
Atualização/Encargos	10.523	2.013		12.536	6.017
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(6.296)	(1.886)	(30)	(8.212)	15.424
Constituição	(5.804)	3.514	(30)	(2.320)	19.440
Reversão	(492)	(5.400)		(5.892)	(4.016)
Pagamento	(11.818)	(8.054)		(19.872)	(35.076)
Subtotal	40.801	22.644	571	64.016	79.565
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização		2.653		2.653	2.490
Saldo Final	40.801	25.297	571	66.669	82.055
Saldo Final em 31/12/2017	48.392	33.061	602	82.055	
Depósitos em Garantia de Recursos					
em 31/12/2018 (*)	3.420	9.873		13.293	
Depósitos em Garantia de Recursos					
em 31/12/2017 (*)	1.394	13.680		15.074	

(\*) No Balanco Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros.

### III - Processos Tributários e Obrigações Legais

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lancamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos guando aplicável. Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01	I/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017
	Obrigação Legal	Ações Fiscais	Total	Total
Saldo Inicial	300.063	35.784	335.847	328.520
Encargos sobre Tributos	7.077	4.680	11.757	7.338
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(6.856)	1.991	<u>(4.865</u> )	7.709
Constituição Líquida	2.060	5.730	7.790	8.076
Baixas por Reversão	(8.916)	(3.739)	(12.655)	(367)
Baixas por Pagamento	(83.403)	(459)	(83.862)	(7.720)
Saldo Final	216.881	41.996	258.877	335.847
Saldo Final em 31/12/2017	300.063	35.784	335.847	

	0.	1/01 a 31/12/2018		01/01 a 31/12/2017
	Obrigação			
Depósitos em Garantia	Legal	Ações Fiscais	Total	Total
Saldo Inicial	189.825	1.775	191.600	186.639
Apropriação de Rendas	6.590	135	6.725	8.216
Movimentação do Período	(36.958)	(388)	(37.346)	(3.255)
Novos Depósitos	2.086	663	2.749	542
Levantamentos Efetuados	(1.282)	(1.051)	(2.333)	(1.263)
Conversão em Renda	(37.762)		(37.762)	(2.534)
Saldo Final	159.457	1.522	160.979	191.600
Saldo Final em 31/12/2017	189.825	1.775	191.600	186.639

As principais naturezas são descritas a seguir:

PIS - R\$ 75.326 - Anterioridade, Nonagesimal e Irretroatividade: pleitea-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 23.530.

• INSS - R\$ 62.861 - Autônomos e Administradores: reivindica-se a não incidência sobre pagamento a autônomos e administradores, no período da Lei Complementar 84/96, alegando sua inconstitucionalidade. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 53.192;

c) Contingências não Provisionadas no Balanço Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são

objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por: I - Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 209.497 (R\$ 186.106 em 31/12/2017).

Não existem ações trabalhistas de perda possível.

II - Processos Tributários

Os Processos Tributários de perda possível totalizam R\$ 1,224,895, sendo as principais discussões descritas a seauir:

• IRPJ e CSLL - Convênio de Rateio de Custos Comuns - R\$ 430.690: discussão sobre a dedução no lucro real sobre o ressarcimento de despesas do Convênio de Rateio de Custos Comuns firmado entre empresas do Conglomerado:

• PIS e COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Inconstitucionalidade - R\$ 283.070: alargamento da base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS de faturamento para receita bruta promovido pelo §1º do artigo 3º; • IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto Oneroso de Ações - Regime de Caixa e Competência - R\$ 169.552: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação;

• IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 120.034; casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 102.093: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente vale transporte e abono único.

## d) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 196 (R\$ 218 em 31/12/2017), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo Spara garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

e) Garantia de Contingências, Provisões e Obrigações Legais As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem a ITAÚ SEGUROS e são compostas basicamente por

valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 160,771 (R\$ 186,207 em 31/12/2017).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da ITAÚ SEGUROS são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A ITAÚ SEGUROS, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

NOTA 6	- DETALHAMENTO [	DE CONTAS

a) Despesas Administrativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 10a)	(396.406)	(297.995)
Pessoal	(35.999)	(77.873)
Serviços de Terceiros	(49.626)	(44.950)
Localização e Funcionamento	(51.485)	(52.103)
Donativos e Contribuições	(30.811)	(39.030)
Diversas	(17.246)	(1.758)
Total	(581.573)	(513.709)
b) Resultado Financeiro	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Financeiras		
Cotas de Fundos de Investimentos	233.938	371.439
Títulos de Renda Fixa	45.866	28.146
Depósitos Judiciais	31.840	49.866
Operações de Seguros	8.817	9.298
Receita com Crédito Tributário	5.588	660
Outras	7.931	9.769
Total	333.980	469.178
Despesas Financeiras		
Atualização de Operações de Seguros	(28.311)	(60.624)
Encargos sobre Tributos	(26.568)	(35.813)
Outras	(15.455)	(9.299)
Total	(70.334)	(105.736)
Resultado Financeiro	263.646	363.442
c) Resultado Patrimonial - No valor de R\$ 345.775 (R\$ 570.437 de 01/01 a 31/12/20	17) é composto	basicamente

por Resultado de Equivalência Patrimonial R\$ 304.279 (R\$ 528.105 de 01/01 a 31/12/2017).

### NOTA 7 - TRIBUTOS

A ITAÚ SEGUROS apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda15,00%	Contribuição Social sobre o Lucro I	Líquido (*)20,00%
Adicional de Imposto de Renda 10,00%	PIS 0,65%	COFINS4,00%

(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito.

#### a) Despesas com Impostos e Contribuições La Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

1 - Demonstração do calculo com imposto de nerida e Contribuição Social Sobre o L	ucio Liquido.		
	01/01 a	01/01 a	
Devidos sobre Operações do Período	31/12/2018	31/12/2017	
Resultado Antes dos Impostos e Participações	1.485.284	2.283.934	
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(668.378)	(1.027.770)	
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda			
e Contribuição Social decorrentes de:			í
Resultado Patrimonial	125.751	227.498	,
Juros sobre Capital Próprio	156.511	191.160	
Dividendos e Incentivos Fiscais	13.131	17.504	:
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(6.354)	(30.495)	

II - As Despesas com Tributos totalizam: R\$ (139.306) (R\$ (135.914) de 01/01 a 31/12/2017), representadas basicamente por PIS/COFINS no montante de R\$ (136.463) ( R\$ (130.307) de 01/01 a 31/12/2017).

### b) Tributos Diferidos

l - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos, estão

		Realização/		
	31/12/2017	Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	167.876	(49.939)	22.336	140.273
Ágio na Aquisição do Investimento	5.310	(609)	630	5.331
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	46.783	(14.741)	3.284	35.326
Provisões para Passivos Contingentes	64.894	(19.961)	9.349	54.282
Ações Cíveis	16.722	(5.305)	4.564	15.981
Ações Trabalhistas	9.134	(2.696)	128	6.566
Fiscais e Previdenciárias	39.038	(11.960)	4.657	31.735
Provisão para Participação nos Lucros	4.686	(4.686)	4.363	4.363
Provisões para Perdas de Outros Créditos	14.577	(651)	300	14.226
Outras Provisões Indedutíveis	31.626	(9.291)	4.410	26.745
Refletido no Patrimônio Líquido	2.401	(2.401)		
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis				
para Venda	2.401	(2.401)		
Total (*) (Nota 7c)	170.277	(52.340)	22.336	140.273

(\*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 177.951 (R\$ 220.016 em 31/12/2017), e está representado por R\$ 140.273 (R\$ 170.277 em 31/12/2017) de Tributos Diferidos e R\$ 37.678 (R\$ 49.739 em 31/12/2017) referente a Tributos a Compensar.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

Realização/

	31/12/2017	Reversão	Constituição	31/12/2018
Refletido no Resultado	830.212	(2.739)	2.414	829.887
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio Atualização de Depósitos de Obrigações Legais	775.963		1.115	777.078
e Passivos Contingentes	38.321		611	38.932
Outras	15.928	(2.739)	688	13.877
Refletido no Patrimônio Líquido	4		(1.647)	(1.643)
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis				
para Venda e Outros	4		(1.647)	(1.643)
Total	830.216	(2.739)	767	828.244
Total Líquido	(659.939)	(49.601)	21.569	(687.971)

#### c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/12/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano de Rrealização	Diferenças Temporárias	%
2019	58.126	41%
2020	20.345	14%
2021	26.196	19%
2022	1.613	1%
2023	1.170	1%
Acima de 2023	33.696	24%
Total	141.144	100%
Valor Presente (*)	125.791	

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas. basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

### **NOTA 8** - INVESTIMENTOS E INTANGÍVEL

Total de Imposto de Renda e Contribuição Social ...

I - Investimentos	S	aldos em 31/12/2 Variação	2017		Movimentação até 31/12/2018 Variação					Resultado de Participação em	
	c	Cambial-Moeda Funcional			Dividendos Pagos/	Resultado de Participação	Cambial-Moeda Funcional	Ajuste de TVM de			Controladas e Coligadas
_	Valor	Diferente	<i>.</i> .	Saldos em		em aControladas	Diferente	Controladas	Eventos	Saldos em	de 01/01 a
Empresas	<u>Patrimonial</u>	de Real	Agio	31/12/2017	(1)	<u>e Coligadas</u>	de Real	e Outros	Societários (5)	31/12/2018	31/12/2017
IRB - Brasil Resseguros S.A. (2) (3) (4)	402.192	(61)		402.131	(76.402)	127.548	408	(4.085)		449.600	128.738
Porto Seguro Itaú Unibanco											
Participações S.A. (5)	38.014	(29)	612	38.597		151	21	21		38.790	3.637
Itaú Vida e Previdência S.A. (6)	2.790.238			2.790.238		176.580		(72.170)	(2.894.648)		395.730
TOTAL GERAL	3.230.444	(90)	612	3.230.966	(76.402)	304.279	429	(76.234)	(2.894.648)	488.390	528.105

(622.103)

(379.339)

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Títulos e Créditos a Receber, (2) O investimento inclui dividendos/JCP não deliberados no montante de R\$ 5.781; (3) O resultado de equivalencia patrimonial reflete a participação em outras variações do patrimônio líquido da controlada no montante de (R\$ 51); (4) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2018 a posição de 30/11/2018 e em 31/12/2017 a posição de 30/11/2017, conforme o CPC 18; (5) O investimento e o resultado de equivalência patrimonial refletem participação em outras variações do patrimônio líquido da controlada no montante de R\$ 56; (6) Investimento entregue à acionista Itauseg Participações S.A., mediante redução de capital da Itaú Seguros S.A. em 10/10/2018.

		Patrimônio		de Propriedade	Capital Votante
Empresas	Capital	Líquido	Lucro Líquido	da ITAÚ SEGUROS	e Social (%)
IRB - Brasil Resseguros S.A	1.953.080	3.963.238	1.139.445	34.761.581	11,20
Porto Seguro Itaú Ūnibanco Participações S.A	2.772.233	4.760.699	11.743	1.833.232	0,80

II - Intangivei	Saldos em		Saldos em		
	31/12/2017	Aquisição	Amortizações	Baixas	31/12/2018
Ágios na Incorporação de Investimentos	1.928.113				1.928.113
Unibanco Seguros (*)	1.907.063				1.907.063
Amapola/UAW	21.050				21.050
Outros Intangíveis - software	2		(1)		1
TOTAL	1.928.115		(1)		1.928.114

(\*) Ágio decorrente da reorganização societária realizada em 28/02/2009, em função da associação dos conglomerados Itaú e Unibanco.

# NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital Social

ntado por 123.848.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 120.645.772 ordinárias e 3.202.398 preferenciais. As ações preferenciais têm direito a participação diferenciada na distribuição de lucros e dividendos.

Em AGE de 30/05/2018, aprovada pela SUSEP em 14/09/2018, foi deliberada a redução de capital no montante de R\$ 1.896.000, sem cancelamento de ações.

Em AGE de 05/10/2018, aprovado o aumento do atual capital social de R\$ 1.756.139 para R\$ 2.556.139, mediante capitalização do montante de R\$ 800.000, consignados na conta de Reserva Estatutária, sem emissão de novas ações.

Em AGE de 10/10/2018, aprovada pela SUSEP em 11/01/2019, foi deliberada a redução de capital no montante de R\$ 1.894.548, com o cancelamento de 63.562.039 ações. Sendo R\$ 1.894.544 com entrega do investimento na Itaú Vida e Previdência S.A. e R\$ 4 mediante pagamento em dinheiro.

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

, ,	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos Extraordinários	175.347		175.347
Dividendos do Exercício	307.653		307.653
Juros Sobre o Capital Próprio	350.000	(52.500)	297.500
Total de 01/01 a 31/12/2018 (*)	833.000	(52.500)	780.500
Total de 01/01 a 31/12/2017	1.401.256	(64.056)	1.337.200

(\*) Registrados na rubrica Obrigações a pagar.

## c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Total	(5.494)	63.193
Benefício Pós-emprego	5	5
Participações em Controladas/Coligadas	(9.322)	66.483
Impostos Diferidos	1.647	2.400
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	2.176	(5.695)
	31/12/2018	31/12/2017

## d) Reserva de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinado na próxima AGO/E.

# NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:
- (i) Prestação de serviços referente tarifas do sistema financeiro;
- (ii) Alugueis cobrados;
- (iii) Valores a receber/pagar e prestação de serviços:
- (iv) Comissões à corretores; e
- (v) Aplicações Financeiras.

	Ativo		Passivo			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Fundos de investimentos (v)	3.183.418	3.631.218				
Itaú Corretora de Seguros S.A. (iii)	229.273	80.298	(135.958)	(59.294)		
Banco Itaucard S.A. (iii)	49.722	55.246	(6.035)	(10.667)		
Cia. Itaú de Capitalização (v)	32.986	33.884				
Itaú Unibanco S.A. (iii)		57.247	(36.312)	(33.217)		
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (iii)	16.486	14.972	(4.488)	(3.802)		
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii)			(220.686)			
Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e						
Investimento (iii)		13.827	(10.148)	(7.775)		
Outras (iii)	3.521	2.279	(30)	(106)		
Total	3.606.725	3.888.971	(413.657)	(114.861)		
	Rece	eitas	Despesas			
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Fundos de investimentos (v)	203.827	326.219				
Itaú Unibanco S.A. (i), (ii) e (iii)		39.545	(151.352)	(173.547)		
Banco Itaucard S.A. (iii)			(111.690)	(159.861)		
Cia. Itaú de Capitalização (iii) e (v)		71.655	(31.412)	(101.739)		
Itaú Corretora de Seguros S.A. (ii), (iv) e (iii)		33	(326.723)	(189.961)		
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (iii)			(47.041)	(55.747)		
Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e						
Investimento (iii)			(78.084)	(70.945)		
Luizacred S.A. Sociedade Crédito, Financiamento e						
Investimento (ii), (iii)		2	(1.224)	(1.384)		
	2 341	2 281	(1.224) 2	(1.384)		

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚ SEGUROS como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú, pagou R\$ (396.406) (R\$ (297.995) de 01/01 a 31/12/2017) em função da utilização da estrutura comum. registrado em Despesas Administrativas.

## b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da ITAÚ SEGUROS são compostos conforme seque:

·	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	(155)	(313)
Participações no Lucro	(8)	(31)
Total	(163)	(344)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

### NOTA 11 - GERENCIAMENTO DE RISCO

### I - Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a ITAÚ SEGUROS possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

### II - Riscos das Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

A ITAÚ SEGUROS oferta seus produtos aos clientes por distribuição bancassurance e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente

distribuídos pela operação bancassurance, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria) Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da ITAÚ SEGUROS, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

#### a) Efeito das mudancas nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição ceteris paribus, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (*)								
	31	/12/2018		31/12/2017					
	Previdência Complementar	Segu	iros	Previdência Complementar	Seg	uros			
	e Vida com Cobertura	Bruto de	Líquido de	e Vida com Cobertura	Bruto de	Líquido de			
Premissas Atuariais	por Sobrevivência	Resseguros	Resseguros	por Sobrevivência	Resseguros	Resseguros			
Cenário com:									
Acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(419)	(8.395)	(8.119)	281	(7.079)	(7.013)			
Decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	424	8.725	8.438	(285)	7.310	7.242			
Acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(95)	1.659	1.613	133	(1.455)	(1.220)			
Decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	96	(1.695)	(1.648)	(136)	1.454	1.216			
Acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão de Renda	(12)			(9)					
Decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão de Renda	12			9					
Acréscimo de 5% nos Sinistros		(28.838)	(27.809)		(27.824)	(26.069)			
Decréscimo de 5% nos Sinistros		28.838	27.809		27.824	26.069			

<sup>(\*)</sup> Valores liquidos dos efeitos tributários.

### b) Concentração de Riscos

Para a ITAÚ SEGUROS não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Ma	ilores Ramos d	de Atuação								
	Prêmios I	Emitidos	Resseguros				Prêmios Retidos			
			01/0	01 a 31/12/2018		01/	01 a 31/12/2017			
	01/01 a	01/01 a		Não			Nâo		01/01 a	01/01 a
	31/12/2018	31/12/2017	Proporcional	Proporcional	Total	Proporcional	Proporcional	Total	31/12/2018	31/12/2017
Vida em Grupo	499.071	485.518	1.193	(1.421)	(228)	(1.919)	(3.397)	(5.316)	498.843	480.202
Acidentes Pessoais Coletivo	571.386	545.791	25	(154)	(129)	(90)	(381)	(471)	571.257	545.320
Prestamista	881.357	623.419	(68)	(2.206)	(2.274)	(3)	(1.736)	(1.739)	879.083	621.680
Seguro Habitacional - Aps. Merc. Prestamista	294.375	281.582	(1.177)	(5.243)	(6.420)	(6.169)	(4.061)	(10.230)	287.955	271.352
Acidentes Pessoais Individual	266.643	280.850	6.051	(320)	5.731	92	(667)	(575)	272.374	280.275
Riscos Diversos	209.020	150.746	17	(128)	(111)	(17)	(220)	(237)	208.909	150.509
Rendas Eventos Aleatórios	234.369	176.326				2		2	234.369	176.328
Garantia Estendida - Bens em Geral	(35)	(34)							(35)	(34)
Doenças Graves ou Terminais	122.478	114.992	(1)		(1)	4		4	122.477	114.996
Crédito Interno	77.857	63.575							77.857	63.575
Demais Ramos	221.705	225.544	(450)	(2.028)	(2.478)	(20)	(1.684)	(1.704)	219.227	223.840
Total	3.378.226	2.948.309	5.590	(11.500)	(5.910)	(8.120)	(12.146)	(20.266)	3.372.316	2.928.043

### Prêmios de Resseguros Subdividos em Classes

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2018	31/12/2017
Resseguradora - Local	4.437	19.924
Resseguradora - Admitida	1.473	342
Total	5.910	20.266

	Prêmios I	Emitidos	los Resseguros (1)		Prēmios Retidos			
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Sudeste	2.746.046	2.445.693	(5.026)	(19.356)	2.741.020	2.426.337		
Sul	274.269	225.306	(351)	(432)	273.918	224.874		
Nordeste	156.999	129.840	(148)	(141)	156.851	129.699		
Centro Oeste	141.057	112.339	(253)	(233)	140.804	112.106		
Norte	55.601	43.211	(12)	(12)	55.589	43.199		
Riscos Vigentes								
e Não Emitidos (2)	4.254	(8.080)	57	130	4.311	(7.950)		
TOTAL	3.378.226	2.948.309	(5.733)	(20.044)	3.372.493	2.928.265		

(1) A distribuição Regional de resseguros está líquida de Comissão R\$ 177 em 31/12/2018 (R\$ 222 em 31/12/2017). (2) Para Riscos Vigentes e Não Emitidos não há distribuição Regional. III - Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

ITAÚ SEGUROS classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna:
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- · Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- · Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A ITAÚ SEGUROS possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao de Administração, com papeis e responsabili de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, compliance e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

## b) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição. A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de

negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:
- · Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo; Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e commodities. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- · Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- · Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de acões: e
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("MtM - Mark to Market"). Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 - Delta Variation) em relação às operações de seguros:

Classe	31/12/20	18	31/12/2017	<u> </u>
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-B	243.831	(209)	205.758	(198)
LTN			275.109	(88)
Título Privado				
Indexado a IPCA	105.830	(21)	157.346	(49)
Indexado a PRÉ	3.884		10.836	
Ações	202			
Moedas	161			
Ativos Pós-Fixados	1.562.379		1.917.324	
Compromissadas Over	1.774.586		1.855.494	
TOTAL (*)	3.690.873		4.421.867	

(\*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações o valor de R\$ 4.090.325 (R\$ 4.843.778 em 31/12/2017), não são considerados no teste os recursos referente as aplicações de VGBL e Provisão de Sinistro no montante de R\$ 399.452 (R\$ 421.911 em 31/12/2017).

## c) Risco de Liquidez

A ITAÚ SEGUROS identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros. Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco. leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a ITAÚ SEGUROS efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo		31/12/2018			31/12/2017		
		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do	
Operações de Seguros	Ativo Garantidor	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)	
Prêmios não Ganhos (PPNG)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	1.748.153	60,9	12,5	1.526.347	27,3	12,1	
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas								
Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	570.602	60,9	12,5	570.811	27,3	12,1	
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	303	159,4	12,5	644	148,4	12,1	
Subtotal		2 310 058			2 007 802			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODO DE 01/01 A 31/12 DE 2018 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

Passivo	Ativo	31/12/2018			31/12/2017		
		Valor do	DU do	DU do	Valor do	DU do	DU do
Operações de Seguros	Ativo Garantidor	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)	Passivo (1)	Passivo (2)	Ativo (2)
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas (PDR)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	593	136,5	12,5	597	119,1	12,1
Prêmios não Ganhos (PPNG)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	395		12,5	422		12,1
Sinistros a Liquidar (PSL)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	2.629		12,5	2.455		12,1
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	1.001	14,9	12,5	884	17,0	12,1
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	12.705		12,5	11.630		12,1
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures	12.837	136,5	30,6	11.386	119,1	39,4
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL/VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures (	3) 404.452	218,0	30,6	426.620	229,3	39,4
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	624	136,5	30,6	119	229,3	39,4
Excedente Financeiro (PEF)	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	1.936	136,5	30,6	1.837	229,3	39,4
Subtotal		437.172			455.950		
Total Provisões Técnicas		2.756.230			2.553.752		

- (1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.
- (2) DU = Duration em meses.
- (3) Desconsidera as reservas de VGBL alocadas em renda variável.

#### d) Risco de Crédito

A ITAÚ SEGUROS entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros

#### I - Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco".

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por IRB Brasil Resseguros com 80,74% e General Reinsurance 8,75%

#### II - Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a ITAÚ SEGUROS considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a ITAÚ SEGUROS possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 - Contrato de Seguros.

#### III - Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 - Aplicações.

O documento "Relatório de Acesso Público", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de operacional, mercado, liquidez e crédito, do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pode ser visualizado no site https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos

### NOTA 12 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Comitê de Auditoria Único - Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a ITAÚ SEGUROS aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A.. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

### PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Itaú Seguros S.A.

### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Itaú Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Itaú Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### **Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo - SP - Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 **CIBA 105** 

Carlos Eduardo Silva Teixeira **MIBA 729** 

### **DIRETORIA Diretor Presidente**

LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO

**Diretores**BADI MAANI SHAIKHZADEH CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR EDUARDO HIROYUKI MIYAKI

LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS MATIAS GRANATA (\*)

(\*) Eleito em AGE de 29/10/2018.

MARINA HELENA GUERRA DA COSTA

**RODRIGO ANDRADE DE MORAIS** CRC - 1SP - 220.814/O-6

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 12º andar - Parque Jabaquara - São Paulo-SP.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Itaú Seguros S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

#### suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

### Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, talsificação, omissão ou representações talsas intencionais
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta Contador CRC 1SP216397/O-5

